

# SUMÁRIO

---

PREFÁCIO	
Silvio Luís Ferreira da Rocha.....	15
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1	
OS DIREITOS SOCIAIS.....	21
1.1 As raízes históricas dos direitos sociais: dos movimentos populares à constitucionalização.....	21
1.2 A experiência brasileira: o reconhecimento dos direitos sociais como direitos fundamentais.....	32
1.3 A multifuncionalidade dos direitos sociais: os direitos a prestações e os direitos de defesa.....	38
1.3.1 Os direitos sociais prestacionais.....	44
CAPÍTULO 2	
A RESERVA DO POSSÍVEL COMO RESTRIÇÃO AOS DIREITOS SOCIAIS PRESTACIONAIS.....	51
2.1 Contextualização: as primeiras discussões em torno da reserva do possível.....	51
2.2 O reconhecimento da reserva do possível como restrição aos direitos sociais prestacionais.....	58
2.2.1 O suporte fático dos direitos fundamentais.....	59
2.2.1.1 O modelo de suporte fático proposto por Virgílio Afonso da Silva para os direitos sociais prestacionais.....	60
2.2.1.2 O suporte fático amplo e o suporte fático restrito: as consequências da adoção do suporte fático amplo para a imposição de restrições aos direitos sociais prestacionais.....	63
2.2.2 As restrições aos direitos fundamentais.....	70
2.2.2.1 As teorias interna e externa: a opção pela teoria externa como fundamento para a imposição de restrições aos direitos fundamentais.....	71
2.2.2.2 O conceito de restrição aos direitos fundamentais e as peculiaridades que assume no caso dos direitos sociais prestacionais.....	76
2.3 Alinhando os pontos: a suscetibilidade dos direitos sociais prestacionais à reserva do possível enquanto restrição fática, decorrente da escassez de recursos.....	83

2.3.1	O conceito de reserva do possível: as inovações propostas pela doutrina nacional.....	84
2.3.2	O conceito de reserva do possível: a escassez de recursos como elemento comum e central.....	93
2.4	Em conclusão.....	99

### CAPÍTULO 3

## A TEORIA DOS LIMITES DOS LIMITES: UM PRESSUPOSTO À COMPREENSÃO DAS RESTRIÇÕES À RESERVA DO POSSÍVEL....

3.1	A teoria dos limites dos limites ou, como preferimos, das restrições às restrições.....	104
-----	---	-----

### CAPÍTULO 4

## A RESERVA DO POSSÍVEL PROPORCIONAL E RAZOÁVEL.....

4.1	O papel da Administração Pública na implementação dos direitos sociais prestacionais.....	110
4.1.1	A Administração Pública e a função administrativa.....	110
4.1.2	Algumas considerações sobre as políticas públicas.....	122
4.1.3	Um desfecho para as considerações sobre a atuação da Administração Pública na implementação dos direitos sociais prestacionais.....	131
4.2	A análise proporcional e razoável da reserva do possível.....	132
4.2.1	Uma digressão acerca da proporcionalidade e da razoabilidade...	134
4.2.1.1	A proporcionalidade.....	134
4.2.1.1.1	A adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito.....	139
4.2.1.2	A razoabilidade.....	145
4.2.2	Em conclusão: a proporcionalidade e a razoabilidade como restrições à reserva do possível.....	150

### CAPÍTULO 5

## A RESERVA DO POSSÍVEL EM FACE DO MÍNIMO EXISTENCIAL ...

5.1	A origem das discussões sobre o mínimo existencial.....	154
5.2	O mínimo existencial e o conteúdo essencial dos direitos fundamentais: as teorias objetiva e subjetiva e as teorias absoluta e relativa.....	161
5.2.1	As teorias objetiva e subjetiva.....	162
5.2.2	As teorias absoluta e relativa.....	164
5.2.3	Uma aproximação entre o mínimo existencial e o conteúdo essencial dos direitos sociais prestacionais.....	169
5.2.3.1	A relação entre o mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana.....	171
5.2.3.2	Outros importantes elementos informadores do mínimo existencial.....	184
5.3	O mínimo existencial como restrição à reserva do possível.....	188

## CAPÍTULO 6

<b>A RESERVA DO POSSÍVEL SEGUNDO O PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....</b>		<b>193</b>
6.1	A intervenção do Poder Judiciário na atividade administrativa voltada à implementação dos direitos sociais prestacionais .....	194
6.2	A hipótese específica do emprego de recursos pela Administração Pública: o Poder Judiciário em face da reserva do possível.....	198
6.3	Uma análise crítica da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	212
6.3.1	Direito à saúde.....	214
6.3.2	Direito à educação.....	225
6.3.3	Direito à Previdência Social.....	231
6.4	Em conclusão .....	234
<b>CONCLUSÃO.....</b>		<b>237</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>241</b>
<b>ÍNDICE DE ASSUNTOS .....</b>		<b>255</b>
<b>ÍNDICE ONOMÁSTICO.....</b>		<b>259</b>